

A política da morte no colonialismo químico: da Geografia do Abismo à Geografia do Caminho

DOI: 10.544446/bcg.v14i2.3546

Johnny Daniel Matias Nogueira¹, Sabrina Sales Araújo²

Resenha da obra

) BOMBARDI, Larissa. *Agrotóxicos e colonialismo químico*. Editora Elefante, São Paulo 2023, pp. 108.

★ ★ ★

Publicado em 2023 pela Editora Elefante, o livro "Agrotóxicos e Colonialismo Químico", da geógrafa e professora da Universidade de São Paulo (USP), Larissa Mies Bombardi, lança luz sobre uma série de questões relativas à agricultura, aos agrotóxicos e a uma nova forma de colonialismo, que a autora denomina de "colonialismo químico", sobretudo no contexto de política legislativa permissiva de liberação de agrotóxicos, que se acentuou durante os anos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

A autora afirma que a agricultura deixou de ser sinônimo de alimentação há muitas décadas, com a monopolização do setor por grandes corporações. Isso é especialmente verdadeiro na América Latina, onde a agricultura se tornou um substrato para a reprodução capitalista das indústrias sediadas nos países do Norte global, que lucram bilhões com a venda de ativos químicos. O resultado desse processo é a massificação do uso de agrotóxicos, que produz uma forma de violência por meio de moléculas que causam danos à saúde humana, animal e ambiental.

O Brasil só é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo em razão da sua alta concentração fundiária e compreender o modelo vigente de produção agrícola no país, passa, necessariamente, pela questão agrária. Apenas, 1% dos proprietários rurais controlam 47,6% das terras agricultáveis, de acordo com dados do Atlas do Espaço Rural Brasileiro, produzido pelo IBGE e referenciado pela autora.

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: johnny.cp.ufscar@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9007-2877>.

2 Mestre em Antropologia Social e graduada em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: sabrinaraujosales@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3896-2195>.

Outro recorte que a autora expõe é a marcação de gênero em todo esse processo, ao mostrar que as mulheres são as mais afetadas por essa violência. Às mulheres recaem as tarefas invisibilizadas e desvalorizadas do cuidado e o drama de uma dupla dor, a do silêncio e a do choro por parentes e filhos, que adoecem, que não nascem ou que nascem com malformações congênitas.

Utilizando dados e pesquisas robustas sobre o tema, Larissa Bombardi — que precisou se exilar do país em razão de ameaças de morte contra ela e sua família — desnuda o processo de violência nas mais variadas dimensões que caracteriza o avanço das monoculturas no país, destruindo não apenas o meio ambiente, mas também toda a sociabilidade intermediada por ele.

O livro está dividido em três capítulos: o primeiro, "Agrotóxicos e a Assimetria Norte-Sul"; o segundo, "Capitalismo e Agrotóxicos"; e, por fim, "Colonialismo Químico". A discussão se apoia em uma extensa bibliografia histórica, sociológica, geográfica e biológica sobre o tema, incluindo livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, além de fontes governamentais, agências de monitoramento e agências de notícias nacionais e internacionais, sistematizadas de forma rigorosa e com apontamentos críticos.

No primeiro capítulo, Larissa Bombardi expõe a complexa relação entre a agricultura na América Latina e a reprodução capitalista por meio das indústrias do Norte global na fabricação e comercialização de agrotóxicos. Países como Estados Unidos, União Europeia e China lideram as produções e exportações desses produtos, enquanto o Brasil se destaca como um dos maiores consumidores. Em 2021, o Brasil e a Argentina consumiram juntos mais de um milhão de toneladas de agrotóxicos, evidenciando um cenário alarmante.

Bombardi critica a atuação oligopolista de empresas desse setor, como a Syngenta, Bayer, Basf e Corteva, que controlam, juntas, mais de 80% do mercado de sementes e agrotóxicos, dominando todas as etapas da agricultura em escala mundial. A autora destaca como o Brasil, com sua alta concentração fundiária, se torna um grande mercado para esses químicos em uma relação de dependência.

A produção de soja, com 90% de suas lavouras geneticamente modificadas, exemplifica o impacto dessa dependência de agrotóxicos, sendo responsável pelo consumo de 80% desses produtos. Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná lideram o uso dessas substâncias, refletindo a expansão da monocultura em detrimento da produção de alimentos básicos como arroz, feijão e mandioca.

Bombardi também alerta para os graves danos ambientais, como a devastação do Cerrado, que tem chamado a atenção em razão da redução de sua área original, que já foi desmatada em 75%. Entre 2010 e 2019, mais de 31 mil quilômetros quadrados de Cerrado foram destruídos na Bahia e Tocantins, afetando importantes bacias hidrográficas, em um movimento perigoso a todo país, uma vez que nove das doze principais hidrobasias brasileiras nascem no bioma. A Amazônia, por sua vez,

enfrenta um desmatamento interno, ameaçando a biodiversidade e o equilíbrio climático.

A autora demonstra como a produção de gado e soja atuam comumente como um binômio, no qual ocorre primeiro o desmatamento para transformação do terreno em pasto, para, posteriormente, servir de uso para o plantio da soja. Apesar do aumento dessa prática no Brasil, a crescente produtividade agrícola contrasta, contudo, com o aumento persistente da insegurança alimentar no país, sobretudo em áreas rurais, que ocorre, entre outros fatores, pela redução das áreas de plantio de alimentos basilares para alimentação da população brasileira, como a mandioca, o feijão e arroz, em detrimento do aumento das áreas destinadas à produção de soja, algodão e milho, vendidos como commodities para o mercado internacional.

A contradição se evidencia no discurso do agronegócio que defende o uso de químicos agrícolas como indispensáveis para aumentar a escala de produção, porém, mesmo com safras recordes, no período da pandemia da Covid-19, isso não foi traduzido em redução da fome, que, pelo contrário, atingiu níveis alarmantes. Esses dados, fazem a autora questionar e propor que repensemos o modelo agrícola vigente e suas consequências socioambientais.

Dedicado à relação entre capitalismo e agrotóxicos, o segundo capítulo mostra como as duas forças submetem populações vulneráveis, como indígenas, ribeirinhos e camponeses a diversas formas de violência. A autora faz um paralelo entre a acumulação primitiva do capital, descrita por Karl Marx em *O Capital* (1867), e a realidade brasileira, marcada pela expropriação de terras e assassinatos de líderes ambientais, como Chico Mendes, Dorothy Stang e, recentemente, Dom Phillips e Bruno Pereira.

Por essa razão, a autora destaca a liderança que o Brasil ocupa em dois temas cruéis: além de ser o maior consumidor mundial de agrotóxicos, lidera em índices de violência no campo e assassinatos de defensores socioambientais e dos direitos humanos. As novas formas de violência, especialmente a violência química, resultante do uso intensivo de agrotóxicos, incluindo pulverizações aéreas, se apresentam como sutis e silenciosas, mas profundamente impactantes para a saúde humana e animal. Entre 2010 e 2019, de acordo com dados do Ministério da Saúde, mais de 56 mil casos de intoxicação por agrotóxicos foram registrados, sem contar a subnotificação.

A violência química foi facilitada pela Revolução Verde dos anos 1970. Essa revolução – que prometia a superação da fome por meio do uso intensivo de produtos químicos e de tecnologia na agricultura – é um discurso eufemístico. Além de focar a venda de commodities e provocar a redução das áreas de produção de alimentos basilares brasileiros, o modelo vigente de agricultura, dominada por grandes corporações, se torna altamente dependente da compra de sementes transgênicas, de preparadores do solo, além dos agrotóxicos, que são financiados pelo capital financeiro.

Ainda neste capítulo, especial atenção é voltada para a relação complexa entre capitalismo e campesinato. Embora o capitalismo se baseie na exploração do trabalho assalariado, ele coexiste com formas de produção camponesas que seguem lógicas próprias, como a manutenção familiar e a sociabilidade comunitária. Além da barreira do campesinato, outras dificultam o avanço do capitalismo na agricultura como a pequena propriedade da terra e os ciclos naturais da produção agrícola.

A grilagem de terras, o uso massivo de agroquímicos em grandes áreas, que contamina o solo e a água, produzem uma violência gradativa e sutil que inviabiliza a reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais do campo e, somados a procedimentos diretos de violência contra elas, gera aumento conflitos no campo e a expulsão dos camponeses, que, sem alternativas, são expropriados de seus territórios.

No último tópico do segundo capítulo, Bombardi discute a mercantilização da terra e da natureza pela expansão capitalista. É inserido, neste debate, a posição subalterna da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho, especialmente na utilização de agrotóxicos produzidos por indústrias transnacionais sediadas na União Europeia, onde muitos desses produtos são proibidos pelas legislações locais. A intensificação do uso de agrotóxicos no Brasil e a consequente expansão do desmatamento no Cerrado e na Amazônia, refletem um processo de concentração de capital e destruição socioambiental.

Larissa Mies Bombardi introduz o conceito de colonialismo químico para explicar tanto o movimento do capital quanto suas devastadoras consequências. Além de causar problemas ambientais, os agrotóxicos funcionam como armas químicas em conflitos fundiários, afetando gravemente populações indígenas, especialmente nas regiões centro-oeste e sul do Brasil, onde a pulverização aérea de agrotóxicos é comum.

Bombardi destaca que os conflitos fundiários são uma marca da questão agrária no Brasil, exacerbada pela permissividade do Estado, que possibilita a grandes agricultores adquirirem terras de forma ilimitada e muitas vezes ilícita, através da grilagem e da expulsão de ocupantes tradicionais. Esse processo resulta na formação de um gigantesco monopólio agrícola, transformando áreas vastas em campos de soja e reservando extensas áreas improdutivas para futura expansão.

A autora argumenta que o Brasil está vivendo uma reatualização da acumulação primitiva, em que a grilagem e o trabalho análogo à escravidão coexistem com a tecnificação da agricultura. Esse fenômeno é particularmente visível nas novas fronteiras agrícolas do Centro-oeste e Norte do país, onde o cultivo de commodities e o desmatamento aumentam juntamente com casos de trabalho escravizado.

Além do desmatamento e da contaminação do solo e da água, a expansão da moderna agricultura, é marcada pela violência contra indígenas, quilombolas, camponeses e trabalhadores rurais, expostos a riscos severos à saúde, como intoxicações e doenças oncológicas, em benefício de grandes proprietários e de corporações transnacionais, que vendem amplamente para o Brasil, substâncias

proibidas na União Europeia, sendo, responsáveis pela face mais cruel do colonialismo químico.

No último capítulo, a autora expõe que são as mulheres indígenas, quilombolas e camponesas as principais vítimas dessa nova forma de violência. Encarregadas das tarefas de cuidados familiares, lidam, com os doentes, com os abortos, más formações e mortes de crianças que lhes causam grande ônus emocional. São elas as responsáveis pelos trabalhos nas roças ameaçados pela contaminação do solo e da água que, no Cerrado, por exemplo, faz com que tenham que se locomover por distâncias maiores para captar água e praticar o extrativismo de frutos (Rigotto; Santos; Costa, 2022).

Sob a perspectiva dos movimentos sociais protagonizados pelas mulheres, Bombardi apresenta uma alternativa ao que chamou de geografia do abismo: a geografia do caminho! Esta consiste na luta pela conservação da agrobiodiversidade brasileira, a preservação e reprodução de sementes crioulas e dos modos tradicionais de produção. A Marcha das Margaridas, que leva o nome de Margarida Alves - camponesa e sindicalista paraibana assassinada em 1983 - é uma de suas principais expressões e se apresenta como uma proposta coletiva de um projeto alternativo de sociedade que preza pelo bem-viver, e por um Brasil democrático, sem violência, justo e igualitário, pautado em valores como solidariedade, reciprocidade, justiça e respeito à natureza.

"Agrotóxicos e Colonialismo Químico" é uma obra fundamental para entender a interseção entre capitalismo, agricultura e violência química. A análise baseada em dados rigorosos e relatos de comunidades afetadas oferece uma crítica profunda sobre as dinâmicas de poder e exploração que moldam a expansão do capitalismo e a agricultura brasileira, bem como as suas implicações socioambientais. Fornece, por fim, um caminho alternativo e possível para a construção de um mundo mais justo em um amplo espectro, que envolve também a minimização da crise climática.

Bibliografia

- RIGOTTO, R. M.; SANTOS, V. P.; COSTA, A. M.
Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 13-27, 2022.